

AMILERS

ACADEMIA MAÇÔNICA DE LETRAS DO RIO GRANDE DO SUL



ADMINISTRAÇÃO DA AMLERS

Administração da AMLERS no biênio set/2005 a set/2007

Presidente: M.: I.: Sylvio Garcia Jantzen

Vice-Presidente: M.: I.: José Fernando Mariú Mariani

Diretor-Secretário: M.: M.: Vladimir Duarte Dias

Diretor-Tesoureiro: M.: I.: Luiz Almeida Henriques

Diretor Relações Públicas: M.: M.: Arthur Portella Soares

Orador: M.: I.: Ivan Castro de Souza

Conselho Fiscal:

José Fernando Mariú Mariani

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Arthur Portella Soares

Nova Administração da AMLERS no biênio set/2007 a set/2009

Presidente: M.: I.: Luiz Almeida Henriques

Vice-Presidente: M.: I.: Orci Paulino Bretanha Teixeira

Diretor-Secretário: M.: M.: Vladimir Duarte Dias

Diretor-Tesoureiro: M.: I.: Carlos Alberto Teixeira Paranhos

Diretor Relações Públicas: M.: M.: Roberto Ferracini Filho

Orador: M.: I.: Ivan Castro de Souza

Conselho Fiscal:

José Fernando Mariú Mariani

Fábio Böckmann Schneider

João Fernando Moreira

Ex-Presidentes da AMLERS:

José Fernando Mariú Mariani - 1999/2001

Ophir Schmitt. Dreger - 2001/2003

Heitor Silva Filho - 2003/2005

EDITORIAL

É com enorme alegria que hoje a Academia Maçônica de Letras do Rio Grande do Sul - AMLERS, por meu intermédio, está concretizando um sonho, ou seja, publicando um Boletim de apresentação para o grande público. Desde a sua fundação, ocorrida há oito anos, nossas atividades se limitavam aos trabalhos no âmbito acadêmico, em conferências proferidas pelos Irmãos nas Lojas onde se achavam lotados ou em outras oficinas, atendendo a convites, bem como trabalhos publicados em revistas, especialmente as de cunho maçônico. Também foram patrocinados um Curso para Secretário de Loja e um de Oratória, com pleno sucesso. Isto, todavia, não nos bastava, queríamos ir mais além e hoje estamos dando mais um passo importante, uma vez que a tiragem de dois mil exemplares possibilitará a divulgação da nossa querida Academia para todo o Bra-

sil. Já tínhamos conhecimento da biografia dos patronos, através de esmerado trabalho literário dos Irmãos Acadêmicos, mas, ao termos necessidade de resumí-los para a presente publicação, sentimos grandes dificuldades ao suprimir fatos relevantes das vidas de tão ilustres personalidades, ainda não avaliadas com os destaques de que são merecedoras. Na verdade, cada um dos patronos mereceria um livro inteiro e não apenas algumas linhas. Matéria para futuras publicações não estão faltando, e, se conseguirmos patrocínio, tudo ficará mais fácil. Graças ao Grande Arquiteto do Universo, temos um Colegiado de altíssimo nível para o desenvolvimento da Ordem como um todo e da AMLERS, em particular.

Ir.: Luiz Almeida Henriques
Presidente empossado nesta data

EXPEDIENTE



Revista publicada pela AMLERS - Academia Maçônica de Letras do Rio Grande do Sul

Endereço: Rua Washington Luiz, n.º 214 – Fone/Fax: (051) 3228-5613 / 3225-9982

<http://br.geocities.com/amlersdigital/>

Tiragem: 2.000 exemplares – Impressão: Gráfica Editora Pallotti

CADEIRAS – PATRONOS – ACADÊMICOS (OCUPANTES)

- 1 – DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA – Heitor Silva Filho;
- 2 – RUI BARBOSA – Orci Paulino Bretanha Teixeira;
- 3 – BARÃO DO RIO BRANCO – Ophir Schmitt Dreger;
- 4 – FRANCISCO VALDOMIRO LORENZ – Vladimir Duarte Dias;
- 5 – VISCONDE DO RIO BRANCO – Carlos Alberto Teixeira Paranhos;
- 6 – DUQUE DE CAXIAS – José Fernando Mariú Mariani;
- 7 – BENTO GONÇALVES – Arthur Portella Soares;
- 8 – JOAQUIM GONÇALVES LEDO – Luiz Almeida Henriques;
- 9 – CARLOS VON KOZERITZ – Sylvio Garcia Jantzen;
- 10 – JOAQUIM NABUCO – Fábio Böckmann Schneider;
- 11 – MANOEL GOMES – Norton Valladão Panizzi;
- 12 – VISCONDE DE JEQUITINHONHA – Jorge Roberto Cunha de Oliveira;
- 13 – GASPARD MARTINS – Roberto Ferracini Filho;
- 14 – HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA – Ivan Castro de Souza;
- 15 – JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA – José Aristides Fermino;
- 16 – NICOLA ASLAN – João Fernando Moreira.

PATRONO

OCUPANTE



Cadeira n.º 1 – DOMINGOS JOSÉ DE ALMEIDA

Heitor Silva Filho

Nasceu em 09.07.1797, em Diamantina/MG. Veio ao Rio Grande do Sul em 1819 para reunir tropas de mulas e levá-las até Sorocaba, mas acabou se estabelecendo em Pelotas. Empresário bem sucedido, além de dono de uma companhia de navegação com veleiros que transportavam produtos para as províncias do norte, tornou-se o mais próspero entre os charqueadores. Principal ideólogo do movimento revolucionário. Após a proclamação da República Rio-Grandense foi seu ministro da Fazenda. Foi, junto com Pedro Boticário, um dos mais intransigentes na deposição de Fernandes Braga e na tentativa de impedir a posse de José de Araújo Ribeiro. Ainda, foi um dos que convenceu Antônio de Souza Netto a proclamar a República, em 11 de setembro de 1836. Junto com Gomes Jardim, assinou um decreto que criou a bandeira oficial Farroupilha. Ministro da Fazenda no Governo de Bento Gonçalves. Fundou a cidade de Uruguaiana em 1846. A cidade foi fundada pela necessidade de dar apoio ao exército revolucionário e para controle da região. Ela surge às margens do Rio Uruguai. Acompanhava os movimentos de cunho liberalista que ocorriam no Brasil. Em 1822, tirou dinheiro do próprio bolso e custeou manifestações públicas em Pelotas para comemorar a Independência do Brasil. Promoveu a campanha de alfabetização da Província de São Pedro do Sul. Faleceu em 1859, com 74 anos, em Pelotas.



Cadeira n.º 2 – RUI BARBOSA

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Nasceu em Salvador, no dia 5 de novembro de 1849. Advogado, jornalista, jurista, político, diplomata, ensaísta e orador. Rui Barbosa é um dos construtores da Nação brasileira e principal símbolo de cultura jurídica do país. Teve seu nome ligado aos mais importantes acontecimentos ocorridos na passagem do Império para a República. Foi abolicionista, lutou pelo federalismo e pelos direi-

tos sociais das classes trabalhadoras. Na República foi nomeado Ministro da Fazenda. Em seguida, foi nomeado vice-chefe do Governo Provisório. Seu poder de influência sobre colegas e sobre o Marechal Deodoro da Fonseca era tão forte que ficou conhecido como “pára-raios do governo”. Em 1890 foi eleito senador constituinte pela Bahia. Em 1891, a nova Constituição, que teve Rui como um de seus principais redatores, foi promulgada. Foi exilado em 1893. Passou por Buenos Aires e por Londres, onde escreveu as famosas “Cartas da Inglaterra” para o “Jornal do Commercio”. Voltou do exílio em 1895 e se instalou no Rio de Janeiro. Em 1903, no conflito de fronteiras entre Brasil e Bolívia, conhecido como Questão do Acre, foi designado representante plenipotenciário da delegação brasileira. Em 1907, foi nomeado embaixador extraordinário para a 2a. Conferência de Paz, em Haia (Holanda), a maior assembléia diplomática internacional até então realizada. Eleito juiz da Corte Internacional de Justiça, em 1921. Morreu em Petrópolis, no dia 1º de março de 1923.



Cadeira n.º 3 – BARÃO DO RIO BRANCO

Ophir Schmitt Dreger

Nasceu no Rio de Janeiro em 20.04.1845. José Maria da Silva Paranhos Junior era filho do Visconde do Rio Branco, negociador do fim da Guerra do Paraguai. Aos 17 anos, entrou na Faculdade de Direito de São Paulo. Graduou-se bacharel em 1866, em Recife. Com 31 anos, assumiu o cargo de cônsul-geral do Brasil, em Liverpool (Inglaterra). Em 1884, presidiu a delegação brasileira na Exposição de São Petersburgo, na Rússia. Na ocasião, elaborou “Uma Memória Sobre o Brasil”, um dos mais importantes documentos da história da chancelaria (diplomacia) no país. Em 1888 recebeu o título de Barão do Rio Branco. A partir de 1893, tornou-se personagem chave de todo o processo diplomático que resultou no contorno definitivo do mapa do Brasil. Em 1903 assinou o Tratado de Petrópolis, que colocou um ponto final na longa pendenga (conflito) entre Brasil e Bolívia pela posse do Acre. Entre 1904 e 1910, o diplomata costurou importantes tratados de paz, com Equador, Guiana Holandesa, Colômbia, Peru e Argentina. O Barão do Rio Branco foi um personagem decisivo no desenho final dos limites territoriais do Brasil. Sem disparar um único tiro, anexou mais de 900 mil quilômetros quadrados ao mapa do país. Além de notável estrategista, o Barão do Rio Branco foi responsável por um novo conceito de chancelaria no Brasil. Ao morrer, em 10 de fevereiro de 1912, deixou como legado (herança) a aproximação do país com as demais nações da América Latina e com os Estados Unidos.



Cadeira n.º 4 – FRANCISCO VALDOMIRO LORENZ

Vladimir Duarte Dias

František Lorenz, também conhecido como Francisco Valdomiro Lorenz ou simplesmente Francisco Lorenz, nasceu em 24 de dezembro de 1872. Foi um poliglota e filósofo tcheco nascido em Zbislav, Império Austro-Húngaro (hoje República Tcheca). Lorenz foi um dos primeiros esperantistas do mundo, capaz de comunicar-se em mais de 100 idiomas. Em 1891, o poliglota migrou para o Brasil por razões políticas. No Brasil, Lorenz viveu primeiro no Rio de Janeiro, depois em Dom Feliciano, na época, distrito de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul. Era doutor em Cabala da Ordem Cabalística da Rosa-Cruz. Ao longo da vida deste Iniciado de primeira grandeza, publicou mais de 36 livros em 40 línguas. Foi o introdutor e uma das figuras mais proeminentes do movimento esperantista no Brasil. Escreveu em jornais e revistas e,

em 1929, deu ao público a importante obra - "Iniciação Lingüística", que lhe granjeou grande autoridade a respeito de assuntos lingüísticos. Realizou a maravilhosa tradução de "Bhagvad-Gitá", em versos no mesmo ritmo original. Seu conhecimento da língua do antigo Egito lhe permitiu preparar o livro intitulado — "A Voz do Antigo Egito". Sua última obra de Esperanto foi a "Antologio de Brazilaj Poetoj", cujo manuscrito foi preparado a pedido da Liga Brasileira de Esperanto. A vida intelectual de Lorenz revelou desde a infância um Espírito de Alta Esfera, tanto intelectualmente, como moralmente. Lorenz morreu em Dom Feliciano, Rio Grande do Sul, em 24 de maio de 1957.



Cadeira n.º 5 – VISCONDE DO RIO BRANCO

Carlos Alberto Teixeira Paranhos

José Maria da Silva Paranhos, visconde do Rio Branco, nasceu na cidade de Salvador, Bahia, a 16 de março de 1819, ainda durante o reinado de D. João VI. Foi professor, jornalista, diplomata, estadista e um dos políticos de maior prestígio durante o Império. Teve grande atuação na política e na diplomacia. Exerceu as funções de secretário na missão especial no Rio da Prata, sob as ordens do marquês de Paraná (1851) e, depois, ministro residente, chefe de legação e enviado especial em missões nas repúblicas da Argentina, do Uruguai e Paraguai. Presidiu, na condição de Grão-Mestre, o Grande Oriente do Brasil. Internamente, é lembrado principalmente por ter sido seu gabinete, em 1871, que promulgou a primeira lei abolicionista do País - a Lei do Ventre Livre. E, ainda, por sua atuação a favor da instituição do *habeas corpus*, da adoção do conceito do *uti possidetis*, segundo o qual cada país tem direito às terras que seus habitantes efetivamente ocupam. Seu filho, o Barão do Rio Branco, finalizará, no período republicano, sua obra de delimitação das fronteiras do Brasil com os conceitos e práticas pacíficas que desenvolvera. Faleceu no Rio de Janeiro a 1º de novembro de 1880.



Cadeira n.º 6 – DUQUE DE CAXIAS José Fernando Mariú Mariani

Patrono do Exército, Luiz Alves de Lima e Silva, nasceu na Fazenda de São Paulo, na então província do Rio de Janeiro, no dia 25 de agosto de 1803, faleceu na Fazenda Santa Mônica, estação de Desengano, hoje Jiparaná, Rio de Janeiro, no dia 7 de maio de 1880. Ingressou na Escola Militar com 15 anos de idade tornando-se alferes. Tomou parte da Campanha da Bahia lutando contra as tropas portuguesas que se negavam a reconhecer a Independência do Brasil. Sufocou a "Abrilada" em 1832. Já no Posto de Coronel em 1839, foi incumbido de governar o Maranhão, derrotando a "Balaiada". Regressou ao Rio de Janeiro em 1841, sendo logo solicitado para combater os revoltosos da província de São Paulo, do qual foi nomeado Vice-Presidente. Conseguiu pôr termo à Guerra dos Farrapos, depois de ter sido nomeado Presidente do Rio Grande do Sul e Comandante Chefe das Forças Armadas, que operavam naquela província; Senador em 1845. Foi nomeado para a Pasta da Guerra em 1855, e Presidente do Conselho em 1862; foi promovido a Marechal Graduado no mesmo ano. Coube a Caxias um papel incomparável na vitória dos aliados, com a eclosão da Guerra do Paraguai. Demonstrou todo o seu gênio militar quando assumiu o Comando da Campanha, no afastamento de Mitre. Após importantes vitórias, cansado e doente, retirou-se do campo de luta. Retornou ainda ao Senado e foi Conselheiro de Estado Extraordinário. Em 23 de Março de 1869, recebeu o título de Duque. O dia do seu nascimento foi consagrado ao dia do soldado brasileiro.



Cadeira n.º 7 – BENTO GONÇALVES

Arthur Portella Soares

Militar e revolucionário gaúcho, nasceu em Triunfo, em 23 de setembro de 1788, filho de um rico estancieiro. Foi o principal dirigente da Revolta dos Farrapos, movimento liberal e federativo que proclama a República no Rio Grande do Sul. Participa da guerra contra as Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-1828). Pelos serviços prestados, D. Pedro I lhe concede o posto de coronel das milícias e o nomeia comandante da fronteira sul do país. Sua destituição desse cargo, durante a regência do Padre Diogo Feijó, é o estopim da Revolução Farroupilha, em 1835. Bento Gonçalves entra em Porto Alegre e derruba o presidente da província, Antônio Fernandes Braga. Com o apoio da população, resiste às primeiras reações legalistas. No mês seguinte enfrenta as tropas regenciais, é derrotado e preso. Mandado para a Bahia, é encarcerado no Forte do Mar. Durante sua prisão, os farroupilhas proclamam a República Rio-Grandense, em 11 de setembro de 1836. No ano seguinte, com a ajuda de liberais baianos, Bento Gonçalves foge do cárcere e volta para o Rio Grande do Sul. É aclamado presidente da República Rio-Grandense, posto no qual se mantém até a derrota final dos revoltosos, em fevereiro de 1845. Morre em 18 de julho de 1847.



Cadeira n.º 8 – JOAQUIM GONÇALVES LEDO

Luiz Almeida Henriques

Nasceu em 11.12.1781, no Rio de Janeiro (RJ). Jornalista, orador e político brasileiro. Estudou em Coimbra, Portugal, retornando ao Brasil em 1808. Liberal e dotado de forte patriotismo, Ledo havia sido iniciado na maçonaria. A 30 de março de 1818, um decreto de D. João VI proibindo a existência de sociedades secretas, põe fim às atividades da Loja “Comércio e Artes”. Gonçalves Ledo funda, então, e dirige o “Clube Recreativo e Cultural da Guarda Velha”, no qual se conspirava a favor da independência brasileira. Em 1832 Gonçalves Ledo redige e José Bonifácio assina o “Manifesto a todos os Maçons do Mundo”, onde se lê: “A Voz da política nunca mais soará no recinto dos nossos Templos, nem o bafo impuro dos partidos e das facções manchará a pureza de nossas colunas”. Nas palavras do General Luiz Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, Ministro da Guerra em 1822: “Ledo foi, incontestavelmente, o vulto primordial nas ocorrências que ocasionaram a emancipação política do País”. Em 1835, Ledo consta entre os Deputados da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, mas neste mesmo ano abandona a política e a Maçonaria, indo recolher-se em sua fazenda, em Sumidouro, vindo a falecer, com 66 anos de idade, no dia 19 de maio de 1847, de ataque cardíaco.



Cadeira n.º 9 – CARLOS VON KOZERITZ

Sylvio Garcia Jantzen

Insigne figura de nossa história, alemão de nascimento, brasileiro por opção, nasceu em Dessau na Prússia Oriental em 3 de fevereiro de 1834. Foi influenciado pelas idéias liberais e antiabsolutistas que faziam parte do ideário da época. Envolvido pelo momento histórico acabou sendo ejetado de seu destino manifesto para novas prioridades que ele mesmo criou. Seu pai, apreensivo, o colocou num internato em Wittemberg, de severa disciplina, voltado às atividades marítimas para afastá-lo da política. Isto pouco adiantou, pois acabou desistindo por falta de vocação e ingressando no exército na guerra com a Dinamarca, a Famosa Guerra dos Ducados. Após o final foi recrutado para lutar contra Oribe e Rosas no sul do Brasil, com outros mercenários alemães, “Os Brummers”. Acabou desertando na Província de São Pedro e tornou-se um jornalista no Rio Grande do Sul ajudando os emigrantes alemães em vários momentos.

Tornou-se um Irmão Maçom, e também um jornalista que foi o maior na época como teuto brasileiro. Foi monarquista e por isso perseguido quando da Proclamação da República. Veio a falecer nos braços de sua filha Carolina, no dia 30 de maio de 1890.



Cadeira n.º 10 – JOAQUIM NABUCO **Fábio Böckmann Schneider**

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo nasceu em 19 de agosto de 1849, no Recife. Foi diplomata, político, orador, poeta e um dos principais nomes do abolicionismo brasileiro. Tornou-se abolicionista, quando ainda era menino, ao ver a rotina dos negros, tomando aversão (repulsa, horror) pela escravatura. Estudou Direito na Faculdade de São Paulo, mas terminou o curso em Recife, onde scandalizou a elite da cidade ao defender, ainda aluno, um escravo negro acusado de assassinar seu senhor. Em 1876, ingressou na vida pública como diplomata, tornando-se adido (funcionário diplomático), nos Estados Unidos (EUA). Em 1885 defendeu a Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos de mais de 65 anos. Na preparação da Lei Áurea, defendeu-a, embora fosse do Partido Conservador. Monarquista, deixou a vida política com a chegada da República, apesar de os chefes da nova ordem quererem sua permanência na diplomacia. Na capital, entre processos e reportagens, costumava se encontrar com os amigos, como Machado de Assis e José Veríssimo, na redação da Revista Brasileira. Dessas conversas, nasceu, em 1897, a Academia Brasileira de Letras, da qual foi secretário e fundador da Cadeira 27. No fim da vida, até sua morte, em 17 de janeiro de 1910, trabalhou como embaixador nos EUA. Depois, foi levado para o Rio de Janeiro (RJ), de onde foi transportado para Recife (PE), onde está enterrado.



Cadeira n.º 11 – MANOEL GOMES **Norton Valladão Panizzi**

Manoel Gomes era gaúcho de Pelotas/RS, onde nasceu em 17 de junho de 1910. Em 1914, sua família, mudou-se para Florianópolis. Em 1926, com o falecimento de seu pai, Manoel Gomes, com apenas 16 anos de idade assumiu os negócios da família. Na Maçonaria foi iniciado em 31 de maio de 1934, aos 23 anos de idade, na Loja Capitular 'Regeneração Catarinense' n° 138, adotando o nome simbólico de 'Platão'. Eleito Grão-Mestre da GLSC em 10 de dezembro de 1966, foi distinguido com a Comenda Albert Mackey e a Medalha Mário Behring. A Grande Loja de Santa Catarina prestou-lhe uma homenagem ímpar, escolhendo seu nome para identificar a biblioteca de sua sede. No Rito Escocês Antigo e Aceito, galgou todos os graus e exerceu todas as funções, tendo sido Grande Inspetor Litúrgico para o Estado de Santa Catarina, por vários anos. Foi agraciado, pelo Supremo Conselho do Grau 33 com o título de 'Membro Benemérito da Ordem'. Nas letras, escreveu e publicou o 'Manual do Mestre Maçom', 'A Maçonaria na História do Brasil', 'Do Palácio Rosado ao Palácio Cruz e Souza' e 'Memória Barriga Verde'. Foi membro efetivo da Academia Brasileira Maçônica de Letras e da Academia Maçônica Catarinense de Letras e ainda Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Partiu para o Oriente Eterno em 24 de abril de 1996.



Cadeira n.º 12 – VISCONDE DE JEQUITINHONHA **Jorge Roberto Cunha de Oliveira**

Nasceu na Bahia, em 23 de março de 1794, na cidade de Salvador, e foi batizado Francisco Gomes Brandão. Herói na luta pelo abolicionismo, fundador e primeiro presidente do Instituto dos Advogados do Brasil e respon-

sável pela fundação, no País, do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito da Maçonaria. Em 1822, troca os sobrenomes paternos por Gê – nome de uma tribo indígena – Acaiaba – nome de uma árvore – e Montezuma – em homenagem ao Imperador Asteca, passando a se chamar Francisco Gê Acaiaba de Montezuma. Em 20 de novembro de 1823, é deportado e, em 1831, com a abdicação de Dom Pedro I, retorna ao Brasil, tornando-se um homem público e um político reconhecido, defendendo, até o fim dos seus dias, seus ideais. Em 1854, aceita o título de Visconde com Grandeza (Grande do Império), fazendo-se nobre com o Decreto Imperial de 2 de dezembro daquele ano. Registrado nas páginas da história brasileira como Visconde de Jequitinhonha. Mas, além da comenda já citada, foi ainda comendador da Ordem de Vila Viçosa e condecorado com a medalha da Guerra da Independência. Em 15 de fevereiro de 1870, aos 76 anos, morre no Rio de Janeiro.



Cadeira n.º 13 – GASPAR MARTINS

Roberto Ferracini Filho

Nasceu na Serra do Aceguá, município de Bagé, antiga Província Cisplatina, a 5 de agosto de 1834, nas vésperas da Revolução Farrroupilha. Em 1854 Gaspar segue para São Paulo, matriculando-se na Faculdade de Direito daquela cidade. Foi Deputado na Assembléia Geral pelo Partido Liberal e Senador, ambos pela Província do Rio Grande do Sul. Em 1º de maio de 1889 Silveira Martins é distinguido, por decreto, com o título de Conselheiro de Estado Extraordinário. Tendo recusado com altivez o título de Visconde, recusa também este. Em 12 de julho de 1889, foi nomeado Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Mas, em 6 de novembro, passa o governo ao 1º vice-presidente, embarcando para o Rio, a fim de ocupar sua cadeira no Senado. A sua popularidade era algo fora do comum, sendo designado rei do Rio Grande do Sul e cantado pelos poetas. Três dias depois, ao chegar a Desterro, recebe um telegrama do Visconde de Ouro Preto, convidando-o para assumir a presidência do Conselho de Ministros. Ao mesmo tempo o Governo Provisório da República mandava ordem para prendê-lo. Era chamado por Joaquim Nabuco como o “Sansão do Império”. Faleceu no dia 23 de julho de 1901.



Cadeira n.º 14 – HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA

Ivan Castro de Souza

Jornalista brasileiro nascido na Colônia do Sacramento, em 1774, na época território ocupado por tropas luso-brasileiras. Matriculou-se na Universidade de Coimbra (1792), diplomando-se em matemática, filosofia e direito. Logo após a formatura, foi incumbido pelo governo português de estudar questões econômicas nos Estados Unidos e México. Depois de terminar sua missão (1799), da qual resultou o livro “Diário da minha viagem para Filadélfia”, publicado postumamente (1955), foi nomeado (1801) diretor literário da junta da Impressão Régia. Viajou (1802) a Londres e Paris, com a finalidade de adquirir livros para a Real Biblioteca, criada seis anos antes, e máquinas e material para a Impressão Régia. De regresso a Lisboa, foi preso por ser maçom e permaneceu nos cárceres da Inquisição (1802-1804), quando conseguiu fugir e exilar-se na Inglaterra. Fixando-se em Londres (1805), sob a proteção do duque de Sussex, maçom como ele e filho do rei Jorge III da Inglaterra, conservou sempre a nacionalidade de origem. Fundou (1808) o periódico mensal *Correio Braziliense*, primeiro periódico brasileiro e o primeiro jornal em língua portuguesa a circular sem censura. Colonialista, aderiu ao movimento pela independência em julho (1822) e, em setembro, publicou um projeto de constituição. Faleceu subitamente em Londres, com 49 anos de idade, e foi sepultado na igreja de St. Mary the Virgin, em Hurley, condado de Berkshire, em 1823.



Cadeira n.º 15 – JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA

José Aristides Fermino

Nasceu na cidade de Santos (SP), em 13 de junho de 1763. Na Europa estudou filosofia, leis e mineralogia. Quando voltou ao Brasil, o país ainda era Vice-Reino de Portugal. Resolveu ingressar na vida pública com 56 anos. Entrou para a História como o Patriarca da Independência. Homem de confiança de Dom Pedro, José Bonifácio influenciou o príncipe regente, em março de 1822 a proibir o desembarque de tropas portuguesas no Rio. Em maio, o convenueu a decretar que as ordens vindas de Portugal só deveriam ser cumpridas se fossem antes aprovadas por Dom Pedro. Portugal reagiu: no fim de agosto, a Corte ordenou a demissão de José Bonifácio e de todo o ministério. Dom Pedro estava em São Paulo e ao ler as novas ordens da Corte, acompanhadas de uma carta de José Bonifácio, proclamou a Independência. Comandou a guerra contra os portugueses que resistiam à emancipação do País, principalmente na Bahia, no Pará e no Maranhão. Foi líder do Partido Brasileiro, formado por grandes proprietários de terras e de escravos, e tinha como adversário o Partido Português, formado por militares, comerciantes portugueses e altos funcionários. Mas o Partido Brasileiro retirou o apoio ao seu líder quando ele se manifestou favorável à extinção gradual da escravatura. Então, Dom Pedro se tornou simpaticante do Partido Português e o ministério comandado por Bonifácio caiu em julho de 1823. Em novembro de 1823, José Bonifácio e seus irmãos foram expulsos do Brasil. O Patriarca da Independência morou na França por seis anos e, em 1829, voltou ao Brasil e se reconciliou com o Imperador. Em 1831, quando Dom Pedro abdicou para assumir o trono de Portugal, José Bonifácio foi nomeado tutor dos príncipes que ficaram no Rio. Em 1833 foi destituído do cargo por decreto da Regência e confinado em sua casa da Ilha de Paquetá, onde morreu em 1838.



Cadeira n.º 16 – NICOLA ASLAN

João Fernando Moreira

Nasceu a 8 de junho de 1906, na Ilha de Chios, Arquipélago do Mar Egeu, Grécia, porém conservou a nacionalidade de seus genitores (italiana). Chegou ao Brasil em 1929. Ingressou na Maçonaria com 50 anos de idade, sendo iniciado em 31/8/1956 na Loja Evolução n.º 2, de Niterói. Tanto no Grande Oriente do Brasil como nas Grandes Lojas ocupou numerosos e importantes cargos, sempre ligados à educação e à cultura maçônica. Em 1958 publicou a “História da Maçonaria”, com 438 páginas, iniciando a sua brilhante trajetória de literato maçônico. Em 1966 foi nomeado Diretor do Departamento de Propaganda Maçônica e Cultura do Grande Oriente do Brasil. Em 1967 foi Grande Secretário Geral de Cultura e Orientação do GOB. Constituiu em sua casa uma biblioteca maçônica das mais respeitáveis e importantes do Brasil, com livros raros e em diversos idiomas. Em 21 de março de 1972 ajudou a fundar a Academia Brasileira Maçônica de Letras. A sua cultura maçônica é, para os padrões brasileiros, extraordinária, sobressaindo no terreno da história, da filosofia, simbologia, da ritualística, da jurisprudência e da ética maçônica. Brasileiro por afeição, pela constituição familiar e pelos serviços prestados à nossa Maçonaria e às letras pátrias durante dois terços de sua existência, Nicola Aslan teve sobre nós a vantagem da perspectiva, da pessoa que veio de fora e enxerga muito mais do que o comum dos brasileiros, privados de uma observação imparcial pelas tradições e os hábitos em relação aos fatos domésticos. Faleceu em 2 de maio de 1980, aos 74 anos incompletos.

HISTÓRICO DA AMLERS

(...) A idéia da Academia surgiu de um encontro com o Irmão Fagundes por ocasião do 5º Encontro de Maçons do Mercosul em Gramado em abril de 1999. Por ser ele o verdadeiro mentor desta Instituição e por tudo que ele representa para seus Acadêmicos e, sem dúvida, representará para todos a quem pretendemos servir, por unanimidade, foi escolhido para ser o primeiro sócio Honorário da AMLERS.

Entrando na prática, o primeiro e mais importante dos esforços foi a busca de outros Irmãos. Ao completar o número suficiente marcamos a primeira reunião que ficou sendo o dia da fundação da Academia: 23 de setembro de 1999.

Nada é fácil no início. Nosso grupo dividiu tarefas, analisando e adaptando em detalhes os vários itens às nossas aspirações e circunstâncias, bem como outras providências administrativas.

Até aqui fizemos uma narração sumária do trajeto da criação de nossa Academia. O Irmão Fagundes e demais Acadêmicos que deram tudo de si para a sua concretização sabem o que ela significa e quanto ela é útil. A nossa distinta platéia e muitos Irmãos, no entanto, hão de estar curiosos e se perguntarem, tanto esforço para quê? Qual a finalidade da Academia? Qual a sua utilidade? Por que tanta empolgação?

Em primeiro lugar convém informar que a Academia, conforme o Art. 1º do seu Estatuto, é uma entidade civil e cultural. O termo civil nada mais é do que um adjetivo significando, em última análise, que está regulada por normas do Direito Civil. Logo, não tem caráter militar nem eclesiástico. O adjetivo cultural significa o relativo à ou próprio da cultura.

(...) O que significa isso? Significa que a extensão do termo "cultura" inserido no Estatuto da Academia permite a ela agir além dos limites em que a Maçonaria vem ultimamente pautando suas ações, sem abrir mão dos mesmos princípios que a caracterizam. Como é sabido, dentro da Instituição Maçônica, engessados pelo ritual e outras disposições, os maçons, por exemplo, normalmente não falam em Política, ainda que não partidária, para supostamente não quebrar a harmonia da Loja, porém, quando fora dos Templos escondem suas idéias e opiniões a respeito de quase tudo, para não desgostar ou perder a amizade de algum Irmão, como se estivéssemos vivendo clandestinamente numa ditadura com medo de ser denunciado, ou sofrer restrições por qualquer mal-entendido com respeito a expressão de alguma idéia que não agrade ao rei ou a um sistema ilegalmente impositivo.

A Academia como instituição eminentemente cultural é, por princípio, uma instituição pluralista e não partidária, na medida em que se interessa por todas as diferentes formas de interpretação da natureza, da sociedade e do homem, por meio de qualquer forma de Arte ou de Ciência. A única exigência é a fidelidade aos princípios basilares da Maçonaria norteados pela adesão irrestrita aos ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade para todos os povos sem exceção, a tolerância como princípio cardeal nas relações humanas e o cumprimento das normas democráticas na gestão de todos os seus negócios.

Quais são as finalidades da Academia? O Art. 2º do Estatuto engloba todas elas. Resumindo: difundir a cultura maçônica; congrega os maçons que se dedicam às letras em geral; promover toda sorte de eventos tais como pesquisas, conferências, palestras e congressos; colaborar com instituições congêneres; e, principalmente, reivindicar as justas aspirações afetas à cultura. Calçado neste último item pode, portanto, em tese, fazer ou intrometer-se em tudo que tiver condições para tal, sem qualquer restrição.(...)

MENSAGEM DO PRESIDENTE RETIRANTE

Ao assumir a Presidência da AMLERS, senti a necessidade de corresponder aos desejos de meus Irmãos Acadêmicos no sentido de fazer com que a Academia desse mais um passo na sua evolução. Assim, dentro de minhas limitações, procurei fazer o melhor e a primeira coisa que fiz, foi me assessorar de uma equipe altamente capaz e a ela devo o êxito que tive no desempenho do cargo de Presidente: um Vice Presidente pronto a em qualquer momento me substituir, um Secretário extremamente capaz e responsável, um tesoureiro, hoje Presidente, que desempenhou como, sempre, seu mandato com eficiência, competência e seriedade e um Orador brilhante que tem o dom da Palavra. Logo tratei de aumentar os quadros de nossa querida Academia, trazendo para ela Irmãos maçons altamente qualificados, que corresponderam plenamente às minhas expectativas, estando até hoje ativos, assí-

duos e colaborando para o engrandecimento de nossa agremiação, isto é mais do que eu mereço e por esta razão posso me sentir tranquilo que minha gestão foi produtiva.

As reuniões foram realizadas sempre dentro do esperado e os trabalhos apresentados engrandeceram e abrilhantaram a agremiação pela qualidade dos mesmos.

Tivemos alguns momentos difíceis, mas com a colaboração e a boa vontade de todos os acadêmicos, foram superados com pleno êxito. Assim marcharemos para novas possibilidades, crescendo e aumentando nossos quadros e a qualidade de nossas atividades.

Agradeço a boa vontade de todos em me aceitar e colaborarem comigo para o crescimento de nossa querida Academia.

Muito Obrigado.

Sylvio Garcia Jantzen

MENSAGEM DO EX-PRESIDENTE (GESTÃO 2003/2005)

Na última reunião da AMLERS realizou-se a eleição de nova Administração da entidade. É um evento importante porque significa a continuidade das finalidades para as quais a Academia foi fundada.

Cada um dos presidentes que dirigiram essa entidade não só mantiveram acesa a chama do progresso maçônico, como, no seu labor, produziram aperfeiçoamentos nas linhas diretivas.

Fundada por um grupo maçônico, tratou-se de elaborar o estatuto e o regimento interno respectivo, em cujos dispositivos presidiu o cuidado de erigir uma entidade autônoma, não vinculada

com nenhuma potência maçônica.

Com essa orientação foi possível o estabelecimento de normas permissivas de representação de todas as potências maçônicas e dessa forma elaborar trabalhos de interesse não só da maçonaria como, ainda, de não maçônicos. E, nesse sentido, inicia-se, agora, a divulgação para que todos saibam da existência de uma Academia de Letras, revestida de autonomia e, por isso, em condições próprias de realizar obras educativas de interesse da coletividade, principalmente do nosso Estado.

Ophir Schmitt Dreger

O SEMEADOR

“Um semeador saiu a semear a sua semente, e, quando semeava, caiu alguma junto ao caminho, e foi pisada, e as aves do céu a comeram; E outra caiu sobre pedra, e, nascida, secou-se, pois que não tinha umidade; E outra caiu entre espinhos, e crescendo com ela os espinhos a sufocaram E outra caiu em boa terra, e, nascida, produziu fruto, cento por um.

Interpretação:

A semente é a palavra de Deus. Os que estão à beira do caminho ouvem a palavra de Deus mas não a obedecem. Os que estão sobre a pedra ouvem a palavra de Deus mas não têm raiz, apenas crêem por algum tempo. A semente que caiu entre os espinhos representa os que ouviram, mas sufocados pelas riquezas e deleites da vida, não dão fruto com perfeição. A que caiu em terra boa significa que aqueles que ouvindo a palavra, a conservam e dão fruto com perseverança.”

(Mateus cap. 13, vs. 3-10 e Lucas cap. 8, vs. 4-15)